



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
CURSO DE LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS**

**RECURSOS DIDÁTICOS UTILIZADOS NAS AULAS DE
ARTES VISUAIS PARA DEFICIENTES VISUAIS NA ESCOLA
ESTADUAL JOSÉ FIRMO DO NASCIMENTO**

**Macapá - Ap
2017**

**AMANDA TENÓRIO BATISTA
ANDREZZA YAMILE SERRÃO LEITE
RAILENE DA COSTA FERREIRA**

**RECURSOS DIDÁTICOS UTILIZADOS NAS AULAS DE ARTES
VISUAIS PARA DEFICIENTES VISUAIS NA ESCOLA ESTADUAL
JOSÉ FIRMO DO NASCIMENTO**

Monografia como requisito para aprovação do
Curso de Licenciatura em Artes Visuais da
Universidade Federal do Amapá.

Orientador: Professor Humberto Mauro
Andrade Cruz

**Macapá - Ap
2017**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dedicamos esse trabalho à todas as pessoas com deficiência visual, que buscam por igualdade de direitos, por uma educação de qualidade. A todos os profissionais da educação que estão nessa luta pela educação que atendam a todos independentemente de qualquer limitação que tenham.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente à Deus que nos deu sabedoria e forças para lutar e vencer os diversos desafios colocados em nossos caminhos.

Ao CAP (Centro de apoio pedagógico ao deficiente visual) por ceder informações necessárias a essa pesquisa.

Aos membros da Escola Estadual José Firmo do Nascimento, corpo técnico, às professoras de Artes e do AEE, agradecemos a todos esses pela cooperação e dedicação de tempo para nos acompanhar em nossas dúvidas e questionamentos.

Ao nosso orientador Humberto Mauro Andrade Cruz, pela paciência e compromisso para conosco

A todos os professores da Universidade Federal do Amapá que durante os 4 anos e meio de curso contribuíram para nossa formação.

Nossos sinceros agradecimentos as nossas famílias que nos apoiaram durante toda nossa caminhada até aqui

Por fim, agradecemos a todos que nos ajudaram de forma direta ou indireta.
A todos nosso muito obrigado!

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê.”

(Arthur Schopenhauer)

RESUMO

A temática inclusão para pessoas com necessidades especiais está conquistando cada dia mais voz no Brasil, ainda em passos lentos. As escolas precisam estar preparadas para receber os alunos Deficientes Visuais e promover uma educação de qualidade para o melhor desenvolvimento, tanto individual dessas crianças e adolescentes, quanto social. A deficiência visual (DV) inclui pessoas com cegueira e com baixa visão ou visão subnormal.

Esta investigação foi desenvolvida na busca de explicar como ocorre o processo de ensino e aprendizado de alunos DV, nas aulas de artes visuais, e no estudo de caso, conhecer quais são os recursos didáticos existentes e utilizados na escola. Identificar quais são as dificuldades no ensino para alunos cegos e os demais sujeitos desse estudo a esses grupos foram aplicados questionários como forma de responder às apurações levantadas.

Esta pesquisa teve como referencial teórico autores da área de educação especial, da psicologia, de artes, e outros teóricos, assim como o estudo das leis existentes que atendam aos direitos dessas pessoas. Ao final da análise acerca dos recursos didáticos utilizados no Ensino de Artes, oferecido pela Escola Estadual José Firmo do Nascimento, para alunos com deficiência visual no Ensino Médio Integral, se mostrou parcialmente satisfatório em sua aplicabilidade. Os resultados mostram que as utilizações de recursos didáticos são precárias e que a percepção tátil pode trazer inúmeras vantagens à aprendizagem dos alunos deficientes visuais, pois facilita a assimilação dos conteúdos, favorece na parte prática do conhecimento e complementa as informações transmitidas dentro das salas de aula.

Palavras-chave: Educação Especial. Deficiência Visual. Recursos Didáticos. Ensino-aprendizagem de Artes.

ABSTRACT

The inclusion theme for people with special needs is gaining more and more voice in Brazil, still in slow steps. Schools need to be prepared to receive visually impaired students and promote quality education for the best development of both these children and adolescents, as well as social development. Visual impairment (DV) includes people with blindness and low vision or low vision.

This research was developed in the search to explain how the teaching and learning process of DV students occurs in the visual arts classes, and in the case study, to know what the didactic resources existent and used in the school. Identifying what are the difficulties in teaching blind students and the other subjects of this study to these groups were applied questionnaires as a way of responding to the findings.

This research has as theoretical reference authors of the area of special education, psychology, arts, and other theorists, as well as the study of existing laws that meet the rights of these people. At the end of the analysis about the didactic resources used in the Teaching of Arts, offered by the State School José Firmo do Nascimento, for students with visual impairment in High School Integral, was partially satisfactory in its applicability. The results show that the uses of didactic resources are precarious and that tactile perception can bring countless advantages to the learning of the visually impaired students, since it facilitates the assimilation of the contents, favors in the practical part of the knowledge and complements the information transmitted within the classrooms .

Key words: Special Education. Visual impairment. Didactic resources. Teaching-learning of Arts.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1: Cella Braille.....	24
IMAGEM 2: Alfabeto Braille.....	24
IMAGEM 3: Reglete e Punção.....	24
IMAGEM 4: Máquina de Datilografia.....	25
IMAGEM 5: Sorobã.....	26
IMAGEM 6: Máquina Thermorfom.....	27
IMAGEM 7: Exemplo de Impressão.....	27
IMAGEM 8: Dosvox.....	28

LISTA DE TABELAS E GRAFICOS

Tabela 1: Evolução do número de matrículas na Educação Especial da rede pública Brasil- 2008/2014.....	17
Gráfico 1. Processo de inclusão.....	31
Gráfico 2: Principais recursos.....	32
Gráfico 3: Dificuldades na escola.....	33
Gráfico 4: Processo de avaliação.....	33
Gráfico 5: Atividades didáticas.....	34
Gráfico 6. Explicação do professor.....	35

LISTA DE SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

CAP/DV – Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual

CF – Constituição Federal

DV – Deficiente Visual

IBC - Instituto Benjamin Constante

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

NEE – Necessidades Educativas Especiais

PNEE – Portadores de Necessidades Educativas Especiais

PPP– Projeto Político Pedagógico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
2. A EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO BRASIL	16
2.1. Deficiente visual	18
2.2. Baixa Visão	18
2.3. Cegueira.....	19
3. AS PRINCIPAIS DIFICULDADES NO PROCESSO DE ENSINO	20
4. OS PRINCIPAIS RECURSOS DIDÁTICOS UTILIZADOS PARA OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL	22
5. CASO DA PESQUISA	29
5.1 Local de realização.....	29
5.2 Sujeitos da pesquisa	29
5.3 Instrumento da coleta de dados.....	29
5.4 Análises dos dados	29
5.5 Resultados do questionário	30
6. DISCURSÃO	36
6.1. Os discursos dos saberes e deveres	36
6.2 A importância do curso de artes para os alunos cegos e o papel dos recursos didáticos	37
6.3 Caminho e a Prática	39
6.4 A diversidade e as possibilidades metodológicas	41
6.5 Ensino e Interação.....	42
6.6 O que se vê e o que se deixa ser visto na escola	44
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
8. REFERÊNCIAS	48
9. APÊNDICES	53

INTRODUÇÃO

De acordo com Ferreira (2003) a educação especial nas últimas décadas tem sido bastante discutida no Brasil e em outros países. Onde diversos movimentos nacionais e internacionais têm buscado a consolidação de uma política de integração e de educação inclusiva, como por exemplo, a Conferência Mundial de Educação Especial ocorrida na cidade de Salamanca, na Espanha em 1994. A Carta de Salamanca defendeu a inclusão de pessoas com algum tipo de deficiência, assim, excluindo a prática da segregação destes indivíduos.

A Declaração de Salamanca veio para afirmar o que já se estava sendo discutido em várias organizações e conferências que falavam sobre a educação para todos sem distinção, constando todas as obrigações dos países, seus governos e Estados, os deveres dos quais devem cumprir para oferecer um ensino de qualidade, fornecendo todo tipo de aprimoramento dos sistemas educacionais tornando-se aptos para receberem crianças e adolescentes com necessidades educativas especiais, bem como criação e o melhoramento de suas políticas públicas direcionadas especificamente para promover a inclusão escolar, conforme a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, o pleno gozo de todos os direitos civis e políticos como qualquer outro ser humano - Organização das Nações Unidas ONU (09/12/1975).

Está garantida por lei que é dever do Estado a oferta à educação especial na rede regular de ensino, como especificado no capítulo V da Constituição Federal.

§3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educados com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades.

A proposta deste trabalho é a exploração dos principais recursos didáticos existentes para se trabalhar com o alunato que possui deficiência visual, os que são usados nas aulas de arte e a partir do que nos depararmos, lançarmos o olhar para

possíveis caminhos, ainda que insertos, não objetivando apenas responder as questões desse estudo, mas investigá-las. Para maior esclarecimento vamos destacar aqui os tipos de deficiência visual. A cegueira é uma alteração grave ou total de uma ou mais das funções elementares da visão que afeta de modo irremediável a capacidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos abrangente. Pode ocorrer desde o nascimento (cegueira congênita), ou posteriormente (cegueira adventícia, usualmente conhecida como adquirida) em decorrência de causas orgânicas ou acidentais. Em alguns casos, a cegueira pode associar-se à perda da audição (surdo cegueira) ou a outras deficiências – Atendimento educacional Especializado, MEC, p.15

A definição de baixa visão (amblíope, visão subnormal ou visão residual) é complexa devido à variedade e a intensidade de comprometimentos das funções visuais. Essas funções englobam desde a simples percepção de luz até a redução da acuidade e do campo visual que interferem ou limitam a execução de tarefas e o desempenho geral – Atendimento educacional Especializado, MEC, p.16

De acordo com Baumel e Castro (2003), para educação dos alunos com deficiência visual, materiais didáticos assumem papel importante, pois são a principal forma de acesso ao conhecimento que é dado por meio da função tátil. É papel da escola buscar recursos pedagógicos que devem explorar as percepções táteis para facilitar a aprendizagem dos alunos com deficiência visual, sendo indispensável o conhecimento das necessidades e das habilidades dos alunos para fazer uso correto dos materiais.

Esta pesquisa acerca dos recursos didáticos utilizados nas aulas de artes para os alunos com deficiência visual, busca responder as seguintes problemáticas: Quais são os recursos didáticos utilizados na classe de artes para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência visual? E, quais são as principais dificuldades, tanto dos alunos em aprender, quanto dos professores em ensinar? São esses objetivos dessa pesquisa, bem como analisar se os recursos didáticos utilizados para os alunos com deficiência visual do Ensino Médio Integral são adequados para o processo de ensino e aprendizagem das crianças e adolescentes.

Acredita-se na relevância científica deste trabalho pela sua possibilidade de promover a discussão sobre a escola inclusiva no que se refere à deficiência,

incentivando a aproximação entre alunos com e sem deficiência, além de explorar possíveis caminhos para uma mudança de paradigmas e de postura referentes a escola e professores da disciplina de artes sejam eles do ensino regular ou especialistas em AEE (Atendimento Educacional Especializado).

2. A EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO BRASIL

O histórico da educação especial no Brasil teve diferentes momentos vivenciados, nos séculos XVIII e meados do século XIX, encontra-se a fase de institucionalização, em que os indivíduos que apresentavam deficiência eram segregados e protegidos em instituições residenciais. Já no final do século XIX e meados do século XX, pelo desenvolvimento de escolas e classes especiais em escolas públicas, visando oferecer à pessoa deficiente uma educação à parte. No final do século XX, por volta da década de 70, observa-se um movimento de integração social dos indivíduos que apresentavam deficiência, cujo objetivo era integrá-los em ambientes escolares, o mais próximo possível daqueles oferecidos à pessoa normal.

A educação inclusiva começou a ganhar força a partir da Conferência Mundial de Educação Especial, da qual participaram 88 governos e 25 organizações internacionais, ocorrida em Salamanca cidade da Espanha, em junho de 1994. O apogeu desta assembleia foi a elaboração da Declaração de Salamanca da qual transladam pontos importantes:

Nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais, em assembleia aqui em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e endossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

O recurso mais utilizado pelos deficientes visuais é o Braille, essa escrita foi criada na França por Louis Braille, no século XIX, e, ainda que poucos saibam, o Brasil foi um dos primeiros países adotar o sistema, impulsionado pelo médico francês a serviço da corte brasileira, Dr. Xavier Sigaud, que, com o apoio de D. Pedro, foi um dos fundadores e o primeiro presidente do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, inaugurado no Rio de Janeiro em 17 de setembro 1854, tornar-se hoje, o instituto Benjamim Constant (IBC), referência nacional para a inclusão de pessoas com deficiência visual, Fontana, M. V. L, Vergara Nunes, E. L. (2006).

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) e a Lei brasileira nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 20 de dezembro de 1996, determinam que todas as crianças, jovens e adultos têm o direito de frequentar uma escola de ensino regular e de serem alfabetizadas, levando em consideração as diferenças, os limites e as possibilidades individuais de cada uma.

Da Lei nº 9.394, destacasse em seu 2º artigo que diz:

“A educação, é dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem como finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Esta lei garante ao aluno igualdade de condições, acesso e permanência na escola, e, ainda determina que a educação escolar pública ofereça “ensino fundamental obrigatório e gratuito inclusive para os que a ele não tiveram acesso nas idades próprias”. Além de assegurar AEE gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996).

No Brasil a educação inclusiva está em pequenos passos, porém para o MEC, que determina pela matrícula dos alunos com deficiência em salas regulares de ensino, e não em escolas especiais, os números mais recentes mostram a efetivação da política de Educação Inclusiva. Na Tabela 1, é possível observar no período de quatro anos de levantamentos do INEP-MEC, de 2008 a 2014, o aumento da matrícula e o crescimento em 85,8% dos alunos com NEE nas classes comuns de ensino no sistema público educacional do País.

Tabela 1: Evolução do número de matrículas na Educação Especial da rede pública Brasil-2008/2014

ANO	TOTAL	CLASSE ESPECIAL ESCOLA EXCLUSIVA	CLASSE COMUM ALUNOS INCLUIDOS
2008	467.087	114.449	352.638
2010	532.620	75.384	457.236
2012	641.844	58.225	583.619
2014	707.12	51.745	655.375
$\Delta\%$ 2008/2014		-54.745	85,8%

Fonte: MEC/INEP, dados censo escolar 2015

Sobre a Educação Especial Lippe e Camargo (2009, p. 134), afirmam que “a mesma tem passado, no Brasil, por um momento novo, no qual se faz uma reflexão sobre a educação inclusiva. Isso ocorre devido às novas leis implantadas e as mudanças de atitudes sociais que vem sendo estabelecidas com o decorrer do tempo”. Mas no que narra a educação inclusiva o país ainda está dando passos lentos, pois as leis não garantem a permanência de fato dos alunos com NEE na escola.

2.1. Deficiente visual

Segundo o Instituto Benjamin Constant, (2005) portador de deficiência é a pessoa que apresenta, em caráter permanente, perdas ou reduções de sua estrutura, ou função anatômica, fisiológica, psicológica ou mental, gerando incapacidade para certas atividades, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

Fontana, M. V. L, Vergara Nunes, E. L. (2006) comentam, para que possamos entender as ferramentas que estão sendo criadas para a inclusão de pessoas com deficiência visual, é importante termos claro o que significa deficiência visual. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), a deficiência visual pode manifestar-se de duas distintas maneiras:

2.2. Baixa Visão

É a alteração da capacidade funcional da visão, decorrente de inúmeros fatores isolados ou associados, tais como: baixa acuidade visual significativa, redução importante do campo visual, alterações corticais e/ou de sensibilidade aos contrastes, que interferem ou que limitam o desempenho visual do indivíduo. Em vários casos, observa-se o nistagmo, movimento rápido e involuntário dos olhos, que causa uma redução da acuidade visual e fadiga durante a leitura. É o que se verifica, por exemplo, no albinismo, falta de pigmentação congênita que afeta os olhos e limita a capacidade visual. (SÁ; CAMPOS; SILVA, 2007).

O campo visual é a amplitude e a abrangência do ângulo da visão em que os objetos são focalizados (GIL, 2000). A perda da função visual pode se dar em nível severo, moderado ou leve, podendo ser influenciada também por fatores ambientais inadequados.

2.3. Cegueira

Perda de visão, em ambos os olhos, de menos de 0,1 no melhor olho após correção, ou um campo visual não excedente a 20 graus, no maior meridiano do melhor olho, mesmo com o uso de lentes de correção.

Acerca desta carência física Gil (2000, p. 8), diz que a cegueira ou a perda total da visão:

[...] pode ser adquirida, ou congênita (desde o nascimento). O indivíduo que nasce com o sentido da visão, perdendo-o mais tarde, guarda memórias visuais, consegue se lembrar das imagens, luzes e cores que conheceu, e isso é muito útil para sua readaptação. Quem nasce sem a capacidade da visão, por outro lado, jamais pode formar uma memória visual, possuir lembranças visuais.

Sob o enfoque educacional, a cegueira representa a perda total ou o resíduo mínimo da visão que leva o indivíduo a necessitar do método braille como meio de leitura e escrita, além de outros recursos didáticos e equipamentos especiais para a sua educação.

3. AS PRINCIPAIS DIFICULDADES NO PROCESSO DE ENSINO

O processo de ensino para os alunos com deficiência visual possuem inúmeras dificuldades e encontram-se em processo lento, as principais dificuldades estão na formação dos profissionais e nos recursos didáticos.

A carência na formação dos professores é um fator que preocupa no que se refere à inclusão. Mantoan (2003) sobre o referente argumento dos docentes de não possuírem formação preparatória para trabalhar com a inclusão, se posiciona a respeito. Para a autora,

“A inclusão depende não somente de uma reforma do pensamento e da escola, como também de uma formação inicial e continuada dos professores, a qual possa torná-los capazes de conceber e de ministrar uma educação plural, democrática e transgressora, como são as escolas para todos.” (MANTOAN, 2003, p.11).

Destaca-se que na formação docente não se observa um preparo capaz, para se trabalhar com os alunos deficientes visuais. Entretanto, os professores com o compromisso como educadores necessitam assumir uma postura reflexiva da prática pedagógica e apresentar criticidade para realizar uma análise sobre as crenças e concepções sobre a deficiência e sobre seus métodos e técnicas, a fim de não se tornar um mero transmissor de conteúdos (OMOTE, 2001; DENARI, 2004; MENDES 2001).

Na educação especial os recursos didáticos são fundamentais, pois têm a função de auxiliar o aluno a desenvolver seu aprendizado e contribui no processo de ensino do professor de artes e é por meio da Arte que podemos proporcionar o conhecimento da cultura e da história, bem como o conhecimento das diversas demonstrações populares que ajudam a construir o contexto de cada indivíduo.

Segundo Barbosa (2000, p. 01),

“Todo brasileiro e brasileira têm garantido pela Constituição o direito de através da arte contemplar sua própria cultura e a dos outros, qualquer que seja o seu nível intelectual e/ou a diferença física, mental ou social que ameaça separá-lo/a dos outros que constituem a maioria.” (BARBOSA 2000, p.1).

Acentua-se que as práticas pedagógicas desempenham papel importante no processo de ensino e aprendizado junto com estratégias para oferecer a todos os alunos um ensino que atenda às suas necessidades. A respeito disso Silva et al (2007) cita que,

Por isso, necessitam de um ambiente estimulador, de mediadores e condições favoráveis à exploração de seu referencial perceptivo particular. No mais, não são diferentes de seus colegas que enxergam no que diz respeito ao desejo de aprender, aos interesses, à curiosidade, às motivações, às necessidades gerais de cuidados, proteção, afeto, brincadeiras, limites, convívio e recreação dentre outros aspectos relacionados à formação de identidade a aos processos de desenvolvimento e aprendizagem. (SÁ; CAMPOS; SILVA; 2007, p.14)

Uma vez evidenciado a importância dos recursos didáticos adaptados ou especializados para os alunos com deficiência visual, é possível oferecer um ensino de qualidade a esses estudantes. Onde a escola inclusiva além de cumprir a Lei constitucional (LDBEN 9.394/96) que garante a eles o acesso e a permanência a classes de ensino regulares, promove um aprendizado real e significativo.

Os professores e a escola devem dividir a responsabilidade da educação inclusiva para que todos os alunos tenham seu direito respeitado, ou seja, para que possam compartilhar de um espaço educativo, onde se sintam acolhidos. Assim, Fonseca (2001) comenta, compete às escolas recebê-los, respeitá-los e proporcionar recursos pedagógicos mais amplos. E é necessário que possa haver mudanças na estrutura escolar e na prática pedagógica. Assim, Ainscow (1997) ressalta, em seu estudo, que o professor deve procurar refazer suas práxis a partir de reflexões sobre a sua prática em sala de aula, pois esta permite que o mesmo encoraje uma participação ativa do aluno.

4. OS PRINCIPAIS RECURSOS DIDÁTICOS UTILIZADOS PARA OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Segundo Cerqueira e Ferreira (1996), recursos didáticos são todos os materiais e métodos físicos, utilizados pelos professores com maior ou menor frequência em todas as disciplinas, áreas de estudo ou atividades, sejam quais forem as técnicas ou metodologias empregadas, constituindo-se num meio para facilitar, incentivar e possibilitar o processo de ensino-aprendizagem eficiente.

Para os alunos que têm algum tipo de deficiência o nível de progressão pode ser variado, assim como seu tempo de aprender. A produção de materiais didáticos adaptados é consideravelmente importante para ajudar no desenvolvimento desses alunos, principalmente para os alunos cegos, pois sua limitação física referente a visão, não impede de aprender como os demais alunos, como as autoras, Oliveira, Biz e Freire (2002) relatam que a ausência do sentido da visão requer experiências alternativas de desenvolvimento, a fim de cultivar a inteligência e promover capacidades sócias adaptativas. O essencial desses esforços é a exploração do pleno desenvolvimento tátil e a utilização de um sistema de simbologia, vem a ser o passo definitivo no processo de aprendizagem para leitura e escrita dos estudantes cegos através da evolução do método tátil.

A promoção dessas experiências ao aluno cego em meio ao grupo de sala de aula ajuda-o a interagir mais com os colegas que pode vir a ser um meio de quebra de barreiras relacionais na aceitação das diferenças, já que existe o recurso para ele poder se comunicar, poder mostrar o que entendeu, isto promove interação.

É na interação social que ocorre o processo de construção das funções psicológicas humanas. O desenvolvimento individual se dá num ambiente social determinado, estando então, ambos os processos, aprendizagem e desenvolvimento, inter-relacionados. Quanto maior for a qualidade da interação com outras crianças, como contexto, com a cultura, melhores o desenvolvimento podem ser observadas. Não existe um desenvolvimento em etapas pré-estabelecidas neste aporte teórico, mas uma interação recíproca entre aprendizagem e desenvolvimento. FREITAS, N.K. p.252

Muitos recursos já existem hoje no Brasil para se trabalhar com alunos D.V, e não é somente para a disciplina arte, como maneira de instituir a inter-relação com

todas as demais matérias existentes, há outros recursos como o próprio sistema braille que é universal, sendo o alfabeto das pessoas cegas, o sorobã para se trabalhar a matemática, o thermoform que muitos não conhecem, mais é uma ferramenta para construções de figuras e, existem recursos tecnológicos, como o dosvox que consiste em um programa de síntese de voz onde ajuda no auxílio do uso de computadores.

Para educadores é de máxima importância saber um pouco mais sobre esses recursos, saber os que existem, como funciona e pode ser usado nas aulas, um seguinte resumo deles:

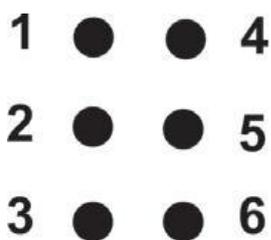
Sistema Braille

Segundo Gil (2000) a leitura e a escrita são maneiras primordiais de comunicação em nossa sociedade, convertendo-se em habilidade indispensável mesmo para aqueles que não enxergam, mas dispõe de técnicas diferentes, como o sistema Braille.

De acordo com dados do Instituto Benjamin Constant (IBC, 2005), braille é um sistema de símbolos, e representado por pontos sensíveis ao tato utilizado por pessoas cegas para escrita e leitura das mesmas. Para criar o método, Louis Braille se inspirou em um sistema de leitura e escrita no escuro para uso militar denominado sonografia, criado pelo também francês Charles Barbier. A sonografia baseava-se em doze sinais, compreendendo linhas e pontos em alto relevo, utilizada como código militar.

A função do sistema de escrita em alto relevo é proporcionar às pessoas com deficiência visual a realização da leitura por meio tátil, onde cada cela braille (imagem 1) é composta por um conjunto de seis pontos dispostos em duas colunas com três pontos cada, permitindo 63 diferentes combinações, forma-se o alfabeto braille como mostra a imagem 2.

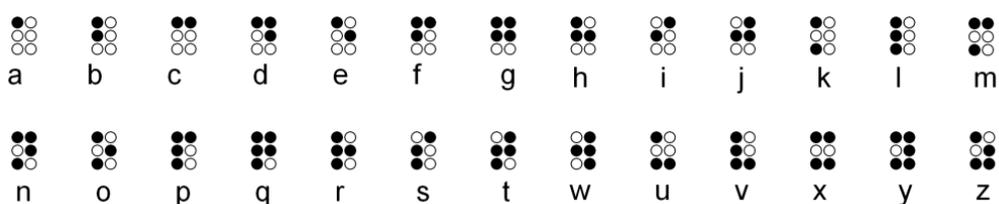
Imagem 1: Cela Braille



Fonte: google/imagem

Imagem 2: Alfabeto Braille

ALFABETO BRAILLE



Fonte: google/imagem

De acordo com o IBC (2005) o método braille pode ser escrito de duas formas, por meio dos seguintes instrumentos: conjunto manual de reglete e punção (imagem 3) ou máquina de datilografia em Braille (imagem 4). A punção é um instrumento em madeira ou plástico no formato de pera, com ponta metálica, utilizado para a perfuração dos pontos na cela braille. O movimento de perfuração deve ser realizado da direita para a esquerda para produzir a escrita em relevo de forma não espelhada. Já a leitura é realizada da esquerda para a direita (JORGE, 2010). Atualmente já existe a reglete positiva, onde se escreve da esquerda para direita.

Imagem 3: Reglete e Punção



Fonte: Google/imagem

Imagem 4: Máquina de Datilografia



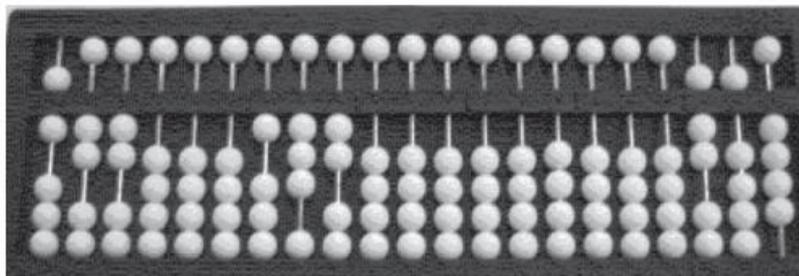
Fonte:Google/imagem

Segundo IBC (2005), O Brasil foi o primeiro país da América Latina a adotar o Sistema Braille, em 1854. O ensino do Braille foi introduzido no país por um brasileiro chamado José Álvares de Azevedo, que nasceu cego e estudou o método Braille durante seis anos na França, onde conheceu o Dr. Xavier Sigaud, médico francês e pai de uma filha cega que esteve ao serviço da corte imperial brasileira, este o apresentou ao Imperador D. Pedro II, conseguindo manifestar o seu interesse para a possibilidade de ensinar as pessoas cegas. Logo após D. Pedro fundou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje Instituto Benjamin Constant.

Sorobã

De acordo com Bruno e Mota (2001, p. 29) sorobã ou ábaco (veja imagem 5) é um recurso bastante utilizado pelos deficientes visuais, é voltado para o ensino de Matemática. O mesmo tem aceitação muito grande devido aos seguintes fatores: as contas são realizadas com grande rapidez; tem baixo custo e possui grande durabilidade. Existem variações de tamanhos e cores, mas todos os sorobã seguem o mesmo princípio para operações matemáticas, é um aparelho que facilita muito o ensino para crianças e jovens DV.

Imagem 5: Sorobã adaptado para cegos



Fonte: Ministério da Educação

Segundo Terezinha (2006) a elaboração e construção do conceito de número, por parte das crianças com deficiência visual, dependem de sua interação com o mundo concreto, o que permite construir conceitos e se apropriar das informações mais elementares; as quais, no entanto, embasam todo o conhecimento matemático.

Bruno e Mota (2001, p. 41), ainda nos relatam que:

[...] a partir da 5ª série do ensino fundamental, o aluno cego, já dominando mecanismos de leitura e escrita em braille, o uso do sorobã, o cálculo mental, etc. O que lhe permitem um desempenho mais independente na classe logo dispensará, a assistência mais freqüente do professor especializado. Ao professor da classe comum compete apresentar conteúdos, acompanhar e verificar a aprendizagem do aluno cego como a de qualquer outro aluno.

Thermoform

De acordo com o IBC (2005) termoform é um sistema de moldagem por vácuo de uma película plástica aquecida. O tamanho das películas resultantes depende, sobretudo da máquina a ser usada. O thermoform é utilizado na produção de figuras, formas e mapas em alto relevo, utilizados nas atividades pedagógicas das pessoas cegas e de visão subnormal. A durabilidade dos materiais didáticos feitos pelo metodo thermoform é aproximadamente de seis anos.

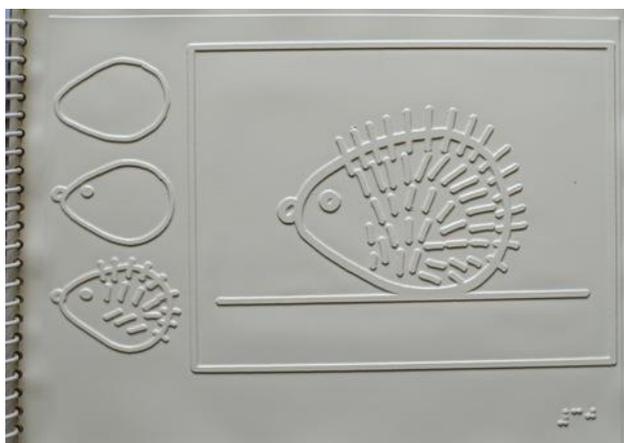
Segundo IBC (2005) a utilização da máquina de thermoform (veja imagem 6) como um recurso didático, facilita a criação de trabalhos escolares para deficientes visuais, conforme o exemplo da imagem 7.

Imagem 6: Máquina Thermorfom



Fonte: google/imagem

Imagem 7: exemplo de impressão



Fonte: google/imagem

Recursos Tecnológicos

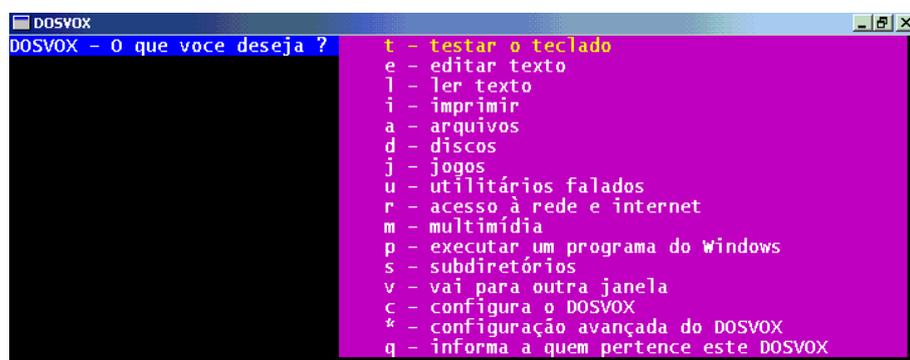
De acordo com Bernardes (2009, p. 50) são muitos os recursos utilizados no Brasil para colaborar com o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiências visuais; tais como: livro adaptado, livro falado, sistema Dosvox, entre outros.

Acerca dos recursos tecnológicos utilizados pelos alunos cegos Bruno e Mota (2001) dizem:

Hoje em dia, com o surgimento da informática, pouco a pouco a velha máquina de escrever está cedendo lugar para novos equipamentos, que estão melhorando consideravelmente a qualidade de vida da pessoa cega. É o caso do “n speaker”, do Braille falado, das impressoras Braille computadorizadas, dos computadores (*laptops*) munidos de avançados sintetizadores de voz (como o Dosvox e o Virtual Vision), dos *scanners* e outros.

Segundo Bernardes (2009, p. 55), Dosvox é um dos programas mais conhecido e utilizado pelos portadores de deficiência visual (veja imagem 8). É um sistema para computadores que se comunica com o usuário através de síntese de voz; ele viabiliza o uso de computadores para o portador de necessidades visuais, que passa a ter independência no estudo e no trabalho. Entre as atividades que podem ser executadas pelo sistema estão: Edição de textos para impressão braile; leitura e audição de textos; utilização de calculadora, agenda, entre outros.

Imagem 8: Dosvox



Fonte: google/imagem

Na disciplina de artes é extremamente considerável que o professor utilize recursos instrutivos para que os alunos DV possam participar da aula teórica e também da parte prática, pois no ensino de Artes é valoroso que todos possam aprender juntos, sobre isso Barbosa (2000) defende o ensino da Arte para todos, Karagiannis, Stainback e Stainback (1999, p. 21) esclarecem que “o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural (...)”.

5. CASO DA PESQUISA

5.1 Local de realização

O local de realização da pesquisa foi na Escola Estadual José Firmo do Nascimento, localizada no bairro do Trem Av: clodóvio coelho , 0145 trem; 68901110, zona sul da cidade de Macapá.

5.2 Sujeitos da pesquisa

Os grupos que compõe essa pesquisa são: Corpo técnico, que compreende os secretários, supervisores; Professora da disciplina de artes visuais, Professora do atendimento educacional especializado AEE e a Aluna deficiente visual (denominada aluna A).

5.3 Instrumento da coleta de dados

É a “etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados- previstos” LAKATOS (2003, p.165).

O instrumento usado como meio de pesquisa de campo foram questionários, elaborados na busca de compreender as indagações desta pesquisa.

5.4 Análises dos dados

Segundo Lakatos (2003, p.167) “uma vez manipulados os dados e obtidos os resultados, o passo seguinte é a análise e interpretação dos mesmos, constituindo-se ambas no núcleo central da pesquisa”.

Na procura de entender mais sobre o meio escolar e o processo de inclusão de alunos com deficiência visual, destacou-se como motivação desta pesquisa saber quais são os recursos didáticos utilizados para se trabalhar em sala de aula com esses alunos. Com esse intuito foram desenvolvidas questões, essas, levantadas como meio para se responder aos objetivos desse estudo. Para saber quais são os recursos didáticos utilizados nas aulas de artes, as principais dificuldades no processo de ensino aprendizagem da aluna DV. Ainda como parte do processo, levantar questões para análise sobre o processo de interações e limitações enfrentadas pela escola. Para promover a aplicabilidade foi usado como mecanismo questionários.

As perguntas foram divididas para os sujeitos da pesquisa item 5.2, com o foco de todos responderem aos mesmos propósitos buscados nas nossas indagações. Foram 4 os questionários e direcionados respectivamente para cada indivíduo e elaborados 6 perguntas em cada questionário.

5.5 Resultados do questionário

Ao examinar um questionário deve-se atentar ao que o entrevistado respondeu procurando compreender sem impor a opinião do entrevistador. É o que se refere Henrique Freitas,

Quando se constrói um questionário, fabrica-se um captador, um instrumento que vai nos colocarem contato com aquele que responde. Essa interação é condicionada por aquilo que permitiu fabricar o questionário, o que nos dá o modelo, a imagem[...] (FREITAS,2000).

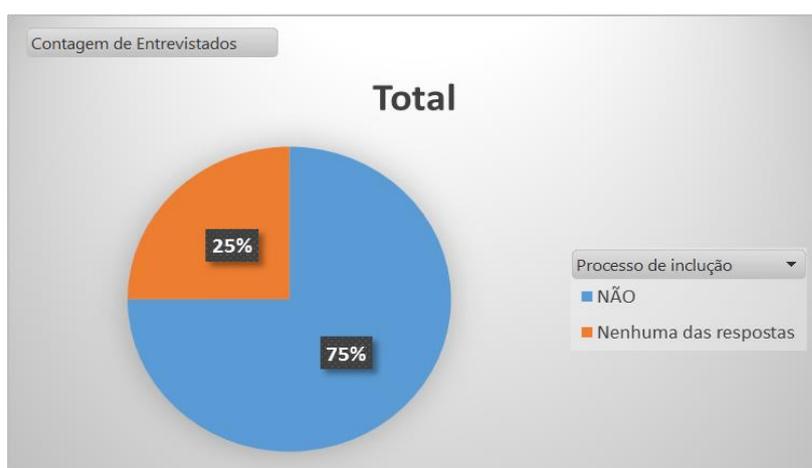
Os questionários foram elaborados na busca por compreender o processo de inclusão, principais recursos, principais dificuldades, metodologia de avaliação, ensino regular e processo de aprendizado.

As respostas obtidas foram transferidas por meio de gráfico. “Gráficos. São figuras que servem para a representação dos dados. O termo é usado para grande variedade de ilustrações: gráficos, esquemas, mapas, diagramas, desenhos etc.” LAKATOS (2003, p.170).

Os gráficos, utilizados com habilidade, podem evidenciar aspectos visuais dos dados, de forma clara e de fácil compreensão. Em geral, são empregados para dar destaque a certas relações significativas. A representação dos resultados estatísticos com elementos geométricos permite uma descrição imediata do fenômeno. LAKATOS, P.170

A primeira análise do seguimento é direcionada à formação de todo o corpo técnico da escola (Gráfico 1), quando perguntada se em sua formação houve preparação para se trabalhar com alunos inclusos (processo de inclusão) a resposta da professora de artes visuais segue no gráfico:

Gráfico 1. Processo de inclusão



Fonte: Amanda, Andrezza e Railene

No resultado do questionário, pode-se observar que 75% das respostas foram negativas para o processo de inclusão da escola com a aluna DV.

Acerca da formação acadêmica a professor de artes fala que:

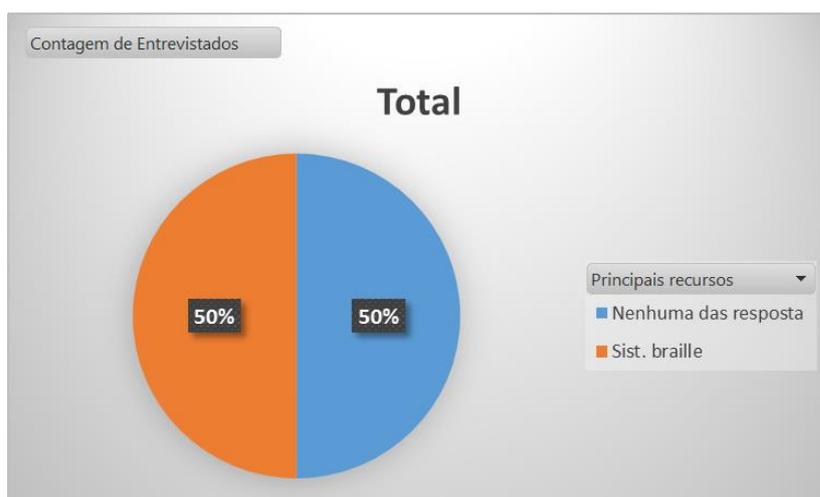
Na universidade não teve orientação para trabalhar com alunos DV e não teve nenhuma disciplina, nesta área. É difícil a comunicação com o aluno DV, pois não sei libras e no momento não posso fazer cursos nesta área, pois eu estou trabalhando em dois horários. (A escola é integral.)

E sobre isto Reily, Lucia (2004) afirma, a maioria dos cursos de licenciatura em arte ainda não forma o professor (a) para atuar na inclusão e, diante da falta de publicações na área, este encontra despreparado para atuar no contexto da diversidade.

De acordo com as observações e com o relato da aluna DV afirma a escola não estava prepara para recebê-la. “Não consigo me locomover na escola e não gosto de ir para o laboratório de informática, pois tenho que subir as escadas. ” (Aluna A).

No decurso do gráfico 2, vem a análise dos principais recursos disponibilizados pela escola.

Gráfico 2: Principais recursos



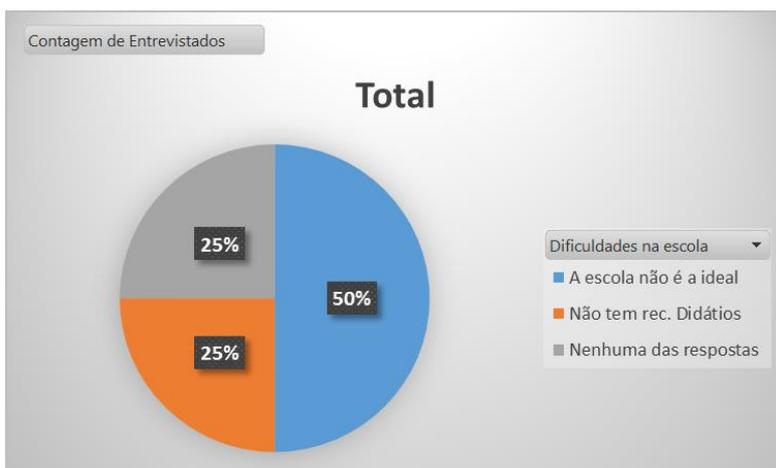
Fonte: Amanda, Andrezza e Railene

Pode-se observar que 50% das respostas foi o sistema Braille, ou seja, na escola José Firmo do Nascimento, o principal recurso didático utilizado é o sistema Braille. A escola não possui recursos suficientes que auxiliam o aluno no seu aprendizado.

A professora do AEE afirmou: “como a escola não possui recursos didáticos, a professora de artes me entrega o conteúdo com antecedência e é enviado o mesmo para o CAP, que me envia de volta já em Braille. ” (Professora do AEE).

O terceiro seguimento foi para saber quais as principais dificuldades e limitações enfrentadas na escola do preparo das aulas, na infraestrutura presente, (livros e outros recursos didáticos, tecnologia, etc.), como mostra o gráfico 3. As respostas dos sujeitos foram:

Gráfico 3: Dificuldades na escola

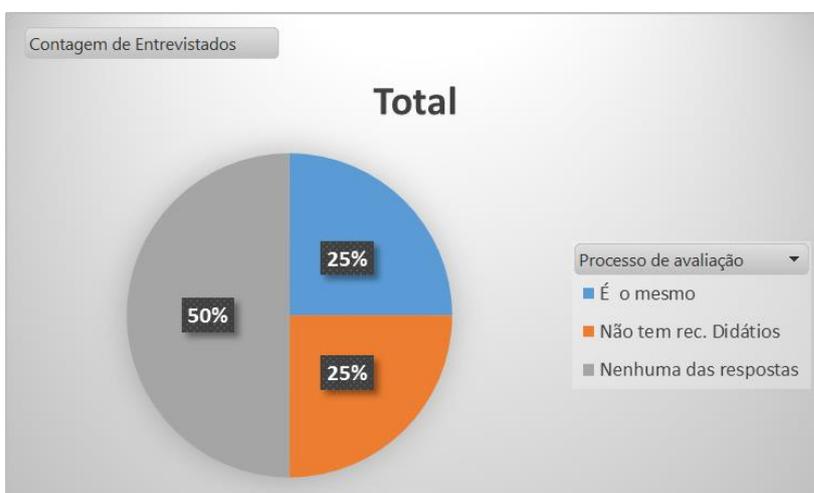


. Fonte: Amanda, Andrezza e Railene

Dos entrevistados 50%, afirmaram que a escola não está adequada para os alunos com necessidades educativas especiais, por não possuir infraestrutura e matérias adaptadas. E, ainda, que a E.E José Firmo do Nascimento não possui estrutura para a inclusão dos alunos deficientes visuais no ensino regular.

No quarto prosseguimento diz a respeito da metodologia de avaliação da aluna DV.

Gráfico 4: Processo de avaliação



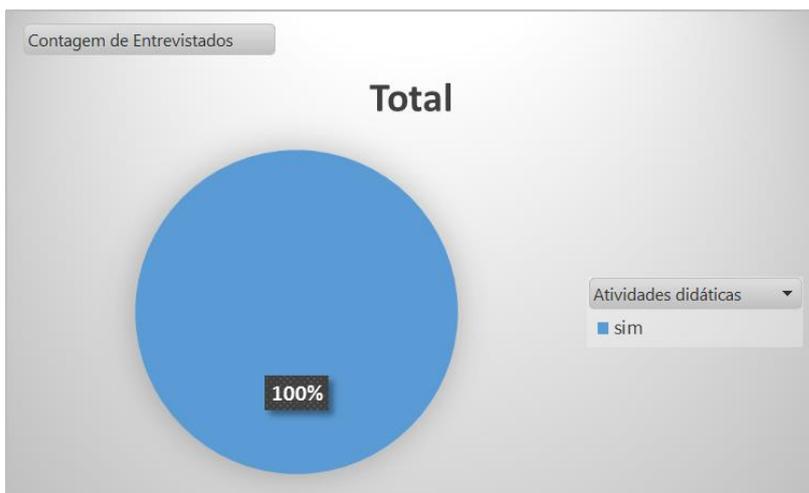
Fonte: Amanda, Andrezza e Railene

Quando perguntado sobre o processo de avaliação, houve bastante divisão na resposta, identificado no gráfico 4, pois através do questionário e das observações,

nota-se que no processo de avaliação há algumas diferenças. Como a escola não possui recursos didáticos adaptados, a avaliação em alguns momentos é distinta, pois a aluna DV tem prova oral, isto ocorre quando não são passadas as provas para a escrita Braille.

Na sequência buscou saber sobre o ensino regular para alunos com deficiência visual, o quinto seguimento teve o seguinte percentual de respostas:

Gráfico 5. Atividades didáticas



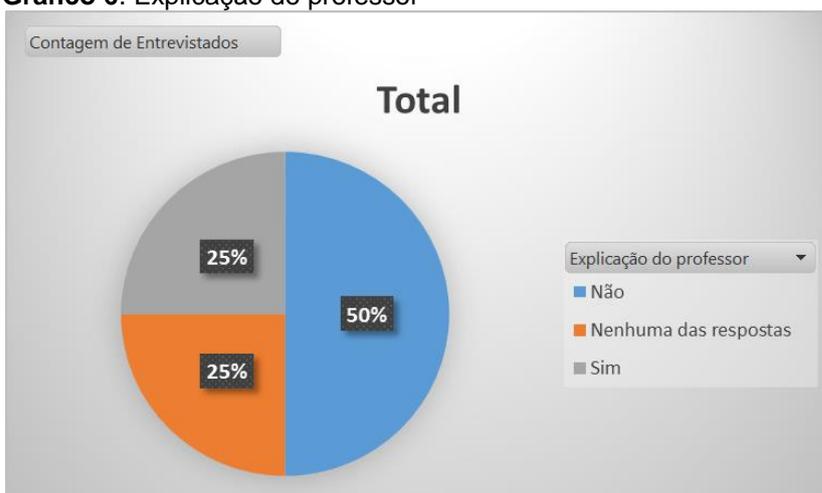
Fonte: Amanda, Andrezza e Railene

Quando questionado sobre as atividades didáticas interativas e sua importância para os alunos deficientes visuais, as respostas foram 100% positiva.

A aluna DV relatou que participou de uma breve encenação na aula de artes e afirmou: “foi uma aula diferente, mas a aula foi bastante legal e todos participaram. ”

E por fim, o gráfico 6 é o seguimento referente ao processo de aprendizado, se tem algum tipo de dificuldade por parte dos sujeitos, segue os dados:

Gráfico 6. Explicação do professor



Fonte: Amanda, Andrezza e Railene

Nesta questão, houve 50% dos entrevistados que admitiram ter dificuldades no processo de ensino e aprendizado, segundo Mantoan e Prieto (2006) destacam que a formação profissional é de suma importância para o desenvolvimento de ações educacionais, e em especial os profissionais das redes públicas de ensino.

6. DISCURSÃO

6.1. Os discursos dos saberes e deveres

Os professores de artes deixam a universidade sem saber como lidar com os alunos com NEE.

Segundo Miranda (2008), o despreparo do professor para trabalhar com pessoas com necessidades educativas especiais ocorre desde a sua formação inicial. Desse modo a autora cita que,

[...] a formação inicial dos professores em relação ao atendimento das necessidades especiais, ainda ocorre de forma inconsciente, e poucos profissionais iniciam sua carreira docente com experiências de ensino junto a alunos com NEE. A maioria dos professores manifesta descontentamento com seu processo de formação em relação a esta questão e há total ambiguidade em termos da formação docente, expressando a falta de política clara, consistente e avançada para a formação docente, entre as quais a do professor especializado. A tentativa de suprir essa lacuna tem sido a formação continuada através de educação à distância. (MIRANDA, 2008. p.7)

Por outro lado, o projeto político pedagógico Artes visuais (2006, pág. 8-9) revela que o licenciado deve estar preparado para atuar no circuito da produção artística profissional e na formação qualificada de outros artistas, tem a possibilidade de atuar em áreas correlatas, onde se requer conhecimentos técnicos específicos.

Dentre as competências e habilidades que o profissional graduado pelo Curso de Licenciatura Plena em Artes Visuais temos: “Capacidade de aplicação dos conhecimentos técnicos, métodos e ferramentas necessárias à execução satisfatória de atividades de práticas artísticas, pesquisa em arte e docência; 9 - Capacidade para trabalhar em equipes multidisciplinares de maneira ética e democrática, contribuindo para a construção e difusão do conhecimento científico, artístico e cultural. ”

Mesmo tendo um preparo para lidar com as diversidades como consta na maioria das grades das universidades, que prepara seus acadêmicos para a vida docente, professores da rede regular de ensino ainda sentem bastantes dificuldades, em questões de como repassar uma imagem para um aluno cego? Qual o melhor

método para ministrar aula para aluno com NEE?

Alguns professores possuem técnicas para usar a arte e repassar algumas informações de como é o mundo, ensiná-los a serem críticos, porém as dificuldades são muitas. A universidade passa muito superficialmente sobre esse assunto em como agir quando nos depararmos com essas situações, mas o importante é que não haja a exclusão desses alunos e sim trabalhe duro para mantê-los interessados, participativos e críticos.

Fontana, M. V. L, Vergara Nunes, E. L. (2006) concluem que o mais importante de tudo, entretanto, é dar prosseguimento à divulgação destas ideias. Com isto, cria-se a possibilidade de que cada vez mais pessoas e instituições tomem consciência dessa realidade e dos novos caminhos que surgem, a fim de que possamos ter uma educação cada vez mais inclusiva, abrindo as portas do mundo para pessoas com diversos tipos e graus de dificuldades e de habilidades.

6.2 A importância do curso de artes para os alunos cegos e o papel dos recursos didáticos

A arte possui grande importância no currículo escolar, por ter parte fundamental na formação dos indivíduos, por oferecer o contato com expressões artísticas com diferentes culturas e momentos históricos. Aumentando e enriquecendo nosso vocabulário estético, bem como a leitura de imagens, contato com a obra. Para o aluno cego o contato com esse meio visual torna-se difícil, por isso a necessidade tão grande dos recursos didáticos para auxiliarem em seus outros sentidos, como na percepção tátil.

É papel da escola oferecer os recursos necessários para alunos com necessidades educativas especiais, independentemente do tipo de deficiência que tenham. O atendimento educacional especializado AEE, para o aluno deficiente visual deve ocorrer dentro da realidade que esta criança ou adolescente está inserida, fazendo relação com seu dia-a-dia, seu cotidiano, estimulando o ensino aprendizagem, através dessas explorações, isso irá ajudar cada vez mais em seu desenvolvimento.

A importância de um bom ensino aos alunos DV está ligada a um bom projeto político pedagógico, pois é através deles que será possível vislumbrar as atividades que se quer desenvolver na escola, isso é papel do coletivo, do corpo escolar:

A organização de uma sala de aula é atravessada por decisões da escola que afetam os processos de ensino e de aprendizagem [...] a organização do Atendimento Educacional Especializado – AEE não pode ser um mero apêndice na vida escolar ou da competência do professor que nele atua. MANTOAN (2010)

São várias as dificuldades em todo o processo de ensino, se por um lado, a escola que é competente pelo projeto e seus desdobramentos, ainda tem dificuldades de fazê-lo, por outro, existe uma barreira que vem desde a formação do professor, da sua docência. Todo curso de licenciatura tem seu próprio projeto político pedagógico, destaca-se aqui um dos objetivos do Curso de Licenciatura Plena em Artes Visuais da Universidade Federal do Amapá, da qual essa dissertação está ligada:

- Atuar como docentes comprometidos com a constante renovação do ensino de Artes Visuais no Ensino Fundamental e Médio, na rede pública e privada;
- Dialogar com todas as áreas de conhecimento correlatas com sua formação em Artes Visuais;

Essas são algumas das capacitações ao qual o licenciado em Artes da universidade tem, segundo o seu PPP, neste mesmo documento ainda diz que são objetivos do curso:

- Conhecer e discutir os fundamentos da linguagem visual: apreciação, reflexão e produção e fornecer subsídios teórico-metodológicos para a compreensão das linguagens visuais;
- Formar o profissional de Ensino de Arte como sujeito integrador e mediador crítico do processo ensino-aprendizagem, de modo a atuar na escola como estimulador da ação educativo-artística;

Fazendo uma análise do que consta no Projeto do curso, seus objetivos e outros aspectos, com a sua grade curricular, se observa que o curso de Artes Visuais da UNIFAP, ainda não está preparado para oferecer aos seus docentes, práticas de conteúdos ligados à educação especial, para trabalhar com alunos deficientes, mesmo as disciplinas que tratam da psicologia da educação, fundamentos e práticas

do ensino da arte, recurso didático para o ensino da arte, essas apenas tratam sobre ensino, a prática teórica, assim, como outras teorias de desenvolvimento do indivíduo, mas nenhuma é suficiente para suprir a real necessidade do ensino especial e seus teóricos, não há disciplina que trate somente disso, tão pouco que fale sobre como trabalhar com recursos para alunos com algum tipo de deficiência.

Os currículos deveriam estar voltados também para atender essa demanda, que cresce cada vez mais. E a arte desenvolve papel importante nesse processo de inclusão:

“[...] Nesse sentido, representam a possibilidade ilimitada de percepções do mundo e podem fugir ao sistemático, ao convencional, ao normal, ao modelo instituído, pois o que faz a diferença é o olhar que se tem para a diversidade.” (PUCETTI, 2007, p. 07).

Os alunos com deficiência visual requerem experiências alternativas, para que esta criança consiga socializar com o meio que está, dessa forma, a sua limitação visual, não se torne de fato uma delimitação para aprender. E como visto no capítulo 4, existem vários recursos já existentes para o ensino com crianças cegas, dentre eles o sistema braille, sorobã, recursos tecnológicos como dosvox para o ensino de matemática, assim como a abordagem multissensorial que ajuda despertando os demais sentidos. Segundo Coimbra:

Esse conhecimento para o portador de deficiência visual realiza-se, assim, não apenas através de sua simples capacidade de percepção sensorial do objeto, utilizando seus canais perceptivos, quais sejam, o tato, a audição, o paladar, o movimento cenestésico, mas, principalmente, da oportunidade de reflexão, manipulação ou exploração desse objeto, [...] (COIMBRA, 2003, p.77).

Mesmo com um ensino com rupturas, ainda se pode buscar por especializações para o auxílio, pois “Compreender suas próprias limitações intelectuais e superá-las via educação continuada”– Reestruturação Curricular do Curso De Licenciatura Plena Em Artes Visuais (competências e habilidades). P.09

6.3 Caminho e a Prática

As diversas políticas de inclusão do aluno deficiente visual vêm acontecendo no país desde a década de 80, constituídas para garantir que todas as crianças, adolescentes, com deficiência visual tenham acesso a rede regular de ensino. Todavia, como discutido ao longo da pesquisa, faltam condições básicas para manter esses alunos na escola, não basta apenas oferecer uma vaga, mas sim, as condições adequadas de ensino, que vão da estrutura física até a própria formação dos docentes, e essa muitas das vezes é insuficiente quando não é acompanhada de um preparo e melhor aperfeiçoamento para receber esses alunos.

O tempo de aprendizagem de cada indivíduo é muito relativo, os professores devem respeitar o direito que cada aluno tem em aprender, conforme suas limitações, de acordo com que diz a Política Nacional de Educação Especial, sobre ela MANTOAN (2010)

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva foi elaborada segundo os preceitos de uma escola em que cada aluno tem a possibilidade de aprender, a partir de suas aptidões e capacidades, e em que o conhecimento se constrói sem resistência ou submissão ao que é selecionado para compor o currículo, resultando na promoção de alguns alunos e na marginalização de outros do processo escolar.

Uma das dificuldades encontradas por alunos cegos no processo de ensino, é o modo como é abordado os conteúdos em sala de aula, O sistema de ensino está ainda preso numa abordagem metodológica de citação, comparações e exemplos, onde muitas vezes nas aulas não se tem o objeto da aula, ou seja, do assunto dado, em sala, para oferecer aos alunos a experimentação, o contato, são questões que envolvem ensino de artes. Sobre isso OLIVEIRA (2002) afirma:

A ausência da modalidade visual exige experiências alternativas de desenvolvimento, a fim de cultivar a inteligência e promover capacidades sócio-adaptativas. O ponto central desses esforços é a exploração do pleno desenvolvimento tátil. OLIVEIRA.446.

A falta de uma estrutura física adequada muitas vezes impede que o estudante cego possa transitar entre os corredores da escola, essa dificuldade também foi relatada pela Aluna A, isso prejudica até mesmo no seu processo de socialização. A

escola é um mundo, mas muitas vezes o aluno com deficiência não o descobre, por vários fatores. É papel da escola, não medir esforços para ajudar na integração desses alunos, com o pensamento de que é ela que tem que se adequar aos alunos.

Silveira, Fischer, Cunha, 2009, propõe que quanto maior a diversidade, mais complexa e rica se torna a figura formada pelo conjunto das partes que a compõem. Transportando essa imagem para a prática das classes de ensino regular, a ideia é de que a presença de alunos com necessidades educacionais especiais, embora torne o conjunto da turma de alunos mais heterogêneo e complexo, também o torna mais rico.

6.4 A diversidade e as possibilidades metodológicas

Os materiais aliados às aulas teóricas e práticas, auxiliam os alunos cegos a perceberem o assunto com mais clareza, facilitando a compreensão conceitual em Artes. Através da construção dos materiais percebemos as dificuldades que um professor poderá ter ao se deparar com um aluno com deficiência visual.

Sobre isso, Marta Gil (2000, p. 44), diz que:

Cabe à escola abrir frentes de conhecimento, suprir lacunas e minimizar as carências. A educação precisa investir com vigor no desenvolvimento integral da criança, utilizando técnicas e recursos específicos para promover a aprendizagem pelo sistema braile.

Para o processo de avaliação dentro da realidade das escolas, a proposta mais adequada deveria ser: as avaliações feitas todas em Braille para que os alunos deficientes visuais possam acessar os conteúdos, levando-se em conta que um dos problemas básicos do deficiente visual, é a carência de material adequado para conduzir a aprendizagem a um mero verbalismo, desvinculado da realidade. (CERQUEIRA; FERREIRA, 1996).

É importante que os professores busquem a ajuda do atendimento especial sempre que necessário, pois ele existe para ajudar no processo de ensino do aluno deficiente visual, onde tem a maioria do suporte para esse aluno, e os professores de

classe junto com o professor do AEE, devem firmar o compromisso de proporcionar um melhor meio de aprendizagem desses alunos, seja na confecção de materiais de apoio ou outras adaptações.

São possibilidades metodológicas que existem e devem ser exploradas ao máximo. Como no exemplo acima mencionado, do processo de avaliação, que deve ser pensado antes para o aluno DV, para melhor explorar seu potencial, pois mesmo não tendo a visão, o seu processo de avaliação deve ser feito de forma que este, faça a sua avaliação como os demais farão, mas é claro, de forma adaptada a ele.

6.5 Ensino e Interação

É primordial que todos os educandos, e em particular, o aluno com deficiência visual, disponham de todos os recursos necessários para ter acesso ao currículo comum, já que a dificuldade dos alunos cegos e com baixa visão não está relacionada aos conteúdos a serem adquiridos, e sim aos meios com os quais o sistema educativo conta para ensiná-los, que, infelizmente, são poucos quando se trata do ensino regular (CAMARGO; NARDI; VIVEIROS, 2006).

De modo geral para que o aluno com deficiência visual possa compreender as manifestações que ocorrem ao seu redor, se torna essencial a exposição pelos professores por objetos que, possam ser notados e manipulados. Sobre a produção de material didático Jorge (2010, p.21), destaca que:

O professor precisa selecionar, adaptar e confeccionar materiais didáticos que contribuam para o processo de ensino e aprendizagem de todos os alunos, sejam eles deficientes visuais ou não. A escolha deve basear-se, de um modo geral, nos princípios de que os materiais mais adequados são aqueles que permitem uma experiência completa ao aluno e compatíveis com o seu nível de desenvolvimento.

Ana Mãe Barbosa Tavares, importante Arte Educadora brasileira, fala sobre a importância da Arte Educação para a formação do ser humano de forma mais completa, visando contribuir para a formação humana do aluno e seu papel para além das salas de aula. Segundo Barbosa (1991, p. 5):

Não é possível o desenvolvimento de uma cultura sem o desenvolvimento de suas formas artísticas. Não é possível uma educação intelectual, formal ou informal, de elite ou popular, sem arte, porque é impossível o desenvolvimento integral da inteligência sem o desenvolvimento do pensamento divergente, do pensamento visual e do conhecimento presentacional que caracteriza a arte. Se pretendemos uma educação não apenas intelectual, mas principalmente humanizadora, a necessidade da arte é ainda mais crucial para desenvolver a capacidade criadora necessária à modificação dessa realidade.

Na decorrência dos questionários, pode-se observar que a escola José Firmo do Nascimento, ainda não está adequada para o processo de inclusão de todos os alunos. Não encontrando-se preparada para receber os alunos DV, pois não possuem recursos didáticos, os professores encontram-se despreparados e a escola não tem qualquer tipo de acessibilidade.

Na pesquisa observar-se que não está havendo interação entre a prática e a teoria, no que desrespeito as aulas de Artes no ensino regular e o aluno deficiente visual, pois o aluno de modo geral se encontra com muitas dificuldades pelo fato de que a escola não possui meios didáticos suficientes para auxiliar o aluno deficiente visual em seu aprendizado.

Não é de hoje que relacionando a escola e seus alunos de modo geral, o que se vê é uma grande abertura entre eles, uma brecha, da qual é resultado da incompatibilidade entre os mesmos. A escola poucas vezes se preocupa com a subjetividade que os alunos têm, e isso acaba gerando confrontos. A escola tende a querer controlar os “seus” estudantes e quando recebe algum aluno que foge do padrão que muitas vezes ela própria estabelece, ela o trata como incompatível daquele ambiente “harmonioso”, não dando a ele a atenção que lhe é necessária quando não o excluindo da convivência dos demais.

As mudanças devem partir da pergunta: Até que ponto essas atitudes podem ser aceitas? E em que momento temos que questionar? Como Lakatos, p.98 muito bem colocou *“No oceano dos fatos, só aquele que lança a rede das conjecturas poderá pescar alguma coisa”*. A escola não é mais o mesmo terreno firme que já foi um dia, hoje ela é passível de questionamentos, e o deve ser, para que novos caminhos se criem, não separando as pessoas com algum tipo de deficiência dos demais.

6.6 O que se vê e o que se deixa ser visto na escola

As aulas de artes são divididas em duas partes, teorias e práticas. Os assuntos das aulas são repassados com antecedência para a professora do AEE (Atendimento Educacional Especializado) e essa envia o material da aula para o CAP/DV (Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual) o qual passa o assunto para Braille, porém isso tem que ser enviado com uma semana de antecedência, o que nem sempre acontece, quando por exemplo o professor não entrega o material da sua aula para a professora do AEE poder fazer todo esse processo junto ao CAP, acaba prejudicando a Aluna A que fica sem o seu material durante a aula.

O conteúdo dado durante um dos acompanhamentos foi sobre A função da arte, a professora explicou o assunto e a aluna deficiente visual acompanhou a aula e a mesma já tinha o conteúdo todo em Braille. A aluna deficiente visual participou da aula e contribuiu, já havia lido o assunto em casa. No final da aula a professora separou a turma em grupos para apresentações de conteúdos selecionados pela professora para as próximas aulas.

Nas outras aulas houve as apresentações dos assuntos separados. E posteriormente o grupo da aluna DV se apresentou e foi bastante interessante, pois todos explicaram muito bem o assunto e o grupo surpreendeu a turma quando os mesmos se apresentaram todos caracterizados em referência ao tema.

Em uma conversa com a aluna deficiente visual, ela nos relatou que a sua maior dificuldade é que a escola não possui recursos didáticos para auxiliar em seu aprendizado e tem alguns assuntos que não consegue compreender, por consequência da falta de recursos. Mesmo tendo dificuldades, a estudante nos relatou que gosta de participar da aula e que quando compreende o assunto pode contribuir ainda mais, e em seu relato também informou que gostou muito de participar do seminário, pois foi algo novo para ela, o ponto forte do seminário foi a representação baseada ao tema sorteado pela professora.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível desenvolver um pensamento divergente, crítico e humanizador através da disciplina de artes visuais, que é o principal foco deste trabalho junto com os recursos didáticos, mostrando as possibilidades da disciplina no ensino para pessoas cegas. Através da arte se tem a liberdade de se expressar de inúmeras maneiras, isso ajuda no desenvolvimento educativo do aluno cego que aprende sobre o mundo visual ao seu redor mesmo sem ver, pois, existem vários outros caminhos de mostrar ao estudante que ele pode ver, apenas sentindo, experimentando sensações, através dos seus sentidos. Podemos dizer, então, que a arte como disciplina é uma das mais importantes na educação para deficientes visuais, que aliada aos recursos didáticos aprimora o conhecimento dos alunos DV.

É importante a relação dos alunos deficientes visuais com os demais colegas de classe, essa aproximação ajuda a promover uma melhor aprendizagem para o estudante DV, pois na interação são partilhadas trocas de diálogos, informações, que somam muito para o aluno que não tem a visão, é valoroso até para ele se sentir à vontade para também debater com os demais. O professor deve estar atento a essas trocas, tornando seu olhar sensível para perceber momentos em que está ocorrendo essas interações, muitas vezes em grupo isolado, levando-as para o restante da sala, através de conversas, de forma despretensiosa, mas carregada de aprendizagem e desenvolvimento

A carência na formação dos professores é um fator que preocupa no que se refere a inclusão, pelo fato que muitas graduações não são o suficiente em sua matriz curricular para atender os alunos no geral, tanto os que não possuem NEE, tanto os que possuem, e esse último é afetado de forma mais prejudicial. A realidade dos cursos de licenciatura no Brasil é que a maioria não oferece disciplinas de como se trabalhar com alunos com necessidades educativas especiais, é uma discussão que está sendo levantada nos tempos atuais que os currículos não contemplam a todos.

A formação profissional tem que ser adequada para que se possa conhecer o desenvolvimento de cada aluno, inclusive o aluno deficiente visual e suas capacidades. Porém, isso só não basta, é necessário que os profissionais que atuam

junto aos alunos deficientes visuais possam ter cursos de capacitação na área, estrutura física adequada, suporte para desenvolver um trabalho de qualidade. O que se tem hoje nas escolas públicas é um sistema educacional que não proporciona materiais didáticos necessários para facilitar a aprendizagem dos alunos.

O PPP do curso de artes visuais ainda não atende a atual realidade das escolas, a demanda que cresce cada vez mais de alunos com NEE. Os professores que se formam em artes quando vão para sala de arte, devem estar prontos para encontrar um mundo de diversidades, que é a sala de aula, e como analisado no Estudo de Caso, a maioria das respostas que os professores dão é que na universidade é uma realidade e na sala de aula é outra, ou seja, nota-se a carência na formação que seja favorável à educação especial.

Para promover uma real integração também é necessário que a escola ofereça as condições necessárias que o aluno DV precisa para ter um bom ensino, como estrutura física adequada. Sabemos que existem muitas dificuldades enfrentadas na escola, mas há meios para buscar junto aos órgãos competentes os recursos necessários, pois a lei diz que é dever do Estado, a oferta de vaga para a educação especial a rede regular de ensino. Não basta somente oferecer uma vaga, é necessário que o Estado invista na produção de mais recursos didáticos, na capacitação dos docentes para que possam atender todos os alunos matriculados, a fim de que estes possam oferecer um ensino de qualidade. Pois, sem investimentos é impossível pensar em uma política educacional inclusiva no Brasil.

A diferença de uma educação de qualidade, não é só ter uma escola com infraestrutura boa, ter equipamentos e recursos, e sim, também ter o compromisso por parte dos professores para com os alunos com deficiência, as duas coisas devem transitar juntas na mesma via. Tendo interesse e compromisso um professor pode fazer a diferença, mesmo em um lugar que não ofereça condições, com pequenas ações se leva conhecimento a quem quer que seja. Pequenas ações como a de entregar o material da aula com antecedência para que uma aluna possa recebê-lo a tempo para estudar para a aula, é o exemplo que damos nesta pesquisa, é uma realidade de como é uma sala de aula de dentro para fora.

As mudanças na prática pedagógica devem ocorrer para promover um ensino integrado é preciso uma reflexão que deve partir de todos que fazem parte da escola,

deve partir do professor ao repensar sua metodologia para que atenda de forma integral as necessidades que o aluno deficiente visual tenha, e ainda deve tornar seu olhar sensível a isso, é um exercício diário, difícil, que nem todos estão dispostos a fazer. A diversidade humana existe em todas as partes, mais ainda passa por entre os olhares daqueles que não estão comprometidos com a prática de ensino para todos

Há inúmeros percalços nessa trajetória escolar que o deficiente visual enfrenta, como analisado neste estudo, por mais que eles tenham seus direitos garantidos por leis, conquistados com muito esforço ao longo do tempo, isso ainda está longe da realidade vivenciada na escola. Como analisado no estudo de caso, as condições estruturais da escola não são adequadas para a mobilidade da estudante DV pela escola, ou seja, fica condicionada apenas à sala, impedida muitas vezes de interagir com o meio escolar. Não basta somente o diálogo com os colegas, isso ainda não é suficiente para o desenvolvimento da criança e adolescente, não o social. O que se pôde perceber no estudo e elaboração dessa pesquisa, é que muitas escolas estão mais preocupadas com alcançar metas, como maior número de aprovados, maior nota, do que formar um cidadão preocupado não somente consigo mais com os demais, querendo ou não o que isso gera é a própria exclusão da pessoa que não segue o mesmo ritmo dos demais.

A Educação tem um dos papéis mais importantes na vida do ser humano, é ela que faz alcançar a liberdade, de pensar, de agir, de buscar caminhos possíveis de seguir e conquistar um futuro digno. Entendendo isso os educadores e toda sociedade em si tem o dever de acolher e proporcionar uma educação de qualidade para todos sem distinção, de raça, cor, religião, gênero ou condição física. Portanto, a educação é o caminho, ela deve buscar se adaptar com as diversidades e ao mesmo momento se libertar das correntes do atual sistema educativo.

8. REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. Educação para todos: torná-la uma realidade. In: AINSCOW, M.; PORTER, G.; WANG, M. (Org.). **Caminhos para escolas inclusivas**. Lisboa: Instituto de Inovação Cultural, 1997.

BARBOSA, A. M. **A Imagem no Ensino da Arte: anos 80 e novos tempos**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BERNARDES, A.O. **Astronomia inclusiva no universo da deficiência visual**. 2009.144 p. Dissertação (mestrado em ciências naturais), Centro de Ciência e Tecnologia, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes – RJ, 2009.

BRUNO, M. M. G; MOTA, M.G.B. **Programa de capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: deficiência visual**. vol. 3, colaboração Instituto Benjamin Constant. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Ano: 2001. Disponível em: < portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/>. Acesso: 02 de março 2017.

BAUMEL, R.C.R de C e CASTRO, A.M.de. Materiais e recursos de ensino para deficientes visuais. In: BAUMEL, R.C.R de e RIBEIRO, M.L.S. (org.). **Educação especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.

CAMARGO, E. P.; NARDI. R.; VIVEIROS, E. R. **Trabalhando conceitos de óptica e eletromagnetismo com alunos com deficiência visual e videntes**. Londrina. São Paulo: UNESP, 2006.

CERQUEIRA, J.B.; FERREIRA, E.M.B. **Os recursos didáticos na educação especial**. Revista Benjamin Constant, Rio de Janeiro, dez. 1996. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/?catid=4&itemid=57>>. Acesso: 28 de fevereiro. 2017.

COIMBRA, Ivanê Dantas. **A inclusão do portador de deficiência visual na escola regular**. Salvador: EDUFBA, 2003.

_____. Constituição Federal 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso 05 de fevereiro de 2017

FERNANDES, Terezinha C. **A construção do conceito de número e o pré-soroban**, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006

FREITAS, Henrique. Análise de dados qualitativos: aplicações e as tendências mundiais em Sistemas de Informação. São Paulo: Revista de Administração da USP, RAUSP, v. 35, n. 4, out./dez. 2000, p.84-102. Disponível em: . Acesso em: 14 julho. 2017.

FREITAS, Neli Klik. **Educação Inclusiva e Ensino de Artes Visuais**: Possibilidades para aprendizagens_IX Congresso nacional de Educação- EDUCER-III Encontro Sul brasileiro de Psicopedagogia –PUC PR, 2009.

FONSECA, Vítor da. **Tendências Futuras da Educação Inclusivas**. Educação, Porto Alegre, V. 49. Mar. 2001.

FONTANA, M.V.L e VERGARA NUNES, E.L. **Educação e Inclusão de Pessoas Cegas**: da Escrita Braile à Internetm –Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, 2006.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 20.12.1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso 04 de fevereiro de 2017

GIL, Marta. org. **Deficiência visual**. Brasília: MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2000. Disponível em:<<http://www.portal.mec.gov.br/>> acesso: 11 de fevereiro 2016.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. **Conceitos de deficiência**. 2005. Disponível em: <[49TTP://www.ibc.gov.br/?itemid=396](http://www.ibc.gov.br/?itemid=396)>. Acesso em: 23 set. 2014.

JORGE, V. L. **Recursos didáticos no Ensino de Ciências para alunos com deficiência visual no Instituto Benjamin Constant**. Monografia (ensino de ciências) licenciatura plena em ciências biológicas, Universidade do Estado do Rio de

Janeiro(UERJ), Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:<50TTP://www.decb.uerj.br/adm/assets/pdf/monograviavianepdf>. Acesso: 08 de fevereiro de 2017.

LIPE, E.M.O; CAMARGO, E. P. de. O ensino de ciências e seus desafios para a inclusão: o papel do professor especialista. In: NARDI, Roberto. Org. **O ensino de ciências e matemática I: temas sobre a formação de professores**. São Paulo: editora: UNESP, 2009.

_____.MEC/INEP. **Dados Censo escolar 2015**. Brasília, 2015. Disponível em: <portal.mec.gov.br/...2015-pdf/17044-dados-censo-2015>. Acesso: em 30 de maio de 2017.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. PRIETO, Rosângela Gavioli. ARANTES, Valéria Amorim (org). **Inclusão Escola: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. FIGUEIREDO, Rita Vieira. **A educação escolar na perspectiva inclusiva: a escola comum inclusiva**. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial: Universidade Federal do Ceará, 2010

MARCONI, M.A, LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: 5ª ed. Atlas 2003

MIRANDA, Therezinha Guimarães. **Formação Docente Continuada: uma exigência frente à proposta da educação inclusiva**. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos *et al*.Práticas Inclusivas no Sistema de Ensino e em outros contextos. EDUFRN. Natal, 2008. ISBN 978-85-7273-492-9.

OLIVEIRA, F. I. W.; BIZ, V. A.; FREIRE, M. **Processo de inclusão de alunos com deficientes visuais na rede regular de ensino**: Confecção e utilização de recursos didáticos adaptados.2002. Disponível em: <<http://www.unesp.br>>.Acesso: 27 de março de 2017.

OMOTE, S. A concepção de deficiência e a formação do profissional em educação especial. In: MARQUEZINE, M.C. ALMEIDA, M. A; TANAKA, E. D. O. et al (Org.)

Perspectivas multidisciplinares em educação especial II. Londrina: EDUEL, 2001, p.45-52.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAL: **Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais/** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

PUCETTI, Roberta. Articulando: arte, ensino e produção para uma educação especial. **Revista do Centro de Educação**, UFSM, Ed. 2005, Nº 25. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2005/01/a10.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2008.

ROGALSKI, Solange. M. **Histórico do Surgimento da Educação do IDEAU.** V.5, n 12, p. 02-13, jul/dez, 2010.

REYLI, Lucia. O Ensino de artes visuais na escola no contexto da inclusão. Cad. Cedes, Campinas, v.30, n.10, p.84-102, jan./abr. 2011. Disponível em: Acesso em: 03 maio. 2017.

SÁ, E. D. de; CAMPOS I. M. de; SILVA M. B. C. **Atendimento educacional especializado: deficiência visual.** 1 ed. Brasília: Cromos Ed., 2007. p.57.

SANTOS, M. P; PAULINO, M. M. **Inclusão em educação:** Culturas, políticas e práticas. São Paulo: Cortez, 2006.

UNESCO. **Declaração de Salamanca: Sobre necessidades educativas especiais.** Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais: Acesso e Qualidade. Espanha, Salamanca, 1994. Disponível em: <[51TTP://www.unesdoc.unesco.org](http://www.unesdoc.unesco.org) /> Acesso: 20 de janeiro de 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ, **Projeto Político Pedagógico.** Macapá: Inep/ MEC, 2006.

CASA ADAPTADA. 11 **Estratégias Que Podemos Utilizar Com Alunos Que Apresentam Baixa Visão Ou Cegueira.** Disponível em <http://www.casadaptada.com.br/2015/05/11-estrategias-que-podemos-utilizar-com-alunos-que-apresentam-baixa-visao-ou-cegueira/>>Acesso: 04 de julho de 2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes. **Setor Pedagógico Especializado - Sala de Recursos para Deficiente Visual – SRDV.** São Paulo. Disponível em

http://www.sme.pmmc.com.br/site2011/index.php?option=com_content&view=article&id=466:setor-pedagogico-especializado-srdv&catid=977&Itemid=102/ Acesso: 04 de julho 2017

9. APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu,

_____, RG _____ / CPF/ n.º _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo referente aos “RECURSOS DIDÁTICOS UTILIZADOS NAS AULAS DE ARTES VISUAIS PARA DEFICIENTES VISUAIS DA ESCOLA ESTADUAL PROFº JOSÉ FIRMO DO NASCIMENTO” como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelas estudantes/pesquisadoras AMANDA TENÓRIO BATISTA, ANDREZZA YAMILE SERRÃO LEITE e RAILENE DA COSTA FERREIRA sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve à qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/assistência/tratamento.

Local e data: Macapá-AP, ___/___/ 2017.

Nome do sujeito ou responsável:

Assinatura:

APÊNDICE A – Questionário para o Professor de Artes

Questionário acerca das principais dificuldades e dos principais recursos didáticos utilizados nas aulas de Artes para o processo de ensino/aprendizagem dos alunos com deficiência visual para ser aplicado aos professores de Artes.

1) Em sua formação de licenciatura em artes visuais houve a preparação para trabalhar com alunos inclusos?

a) Sim, porém de forma artificial.

b) Não, mas eu fiz uma especialização para trabalhar com alunos deficientes visuais.

c) Sim, pois em minha formação eu estudei libras.

d) Não, pois no curso de licenciatura em Artes Visuais não está conseguindo acompanhar a realidade das escolas inclusas.

e) Outra resposta:

2) Quais são os principais recursos utilizados nas aulas de artes visuais com os deficiência visual?

a) Sistema braille

b) Sistema braille e desenhos sensoriais

c) Sorobã

d) Recursos Tecnológicos

e) Outra resposta:

3) Quais são as dificuldades e limitações enfrentadas na escola, do preparo das aulas, na infraestrutura presente (livros e outros recursos didáticos, tecnologia, etc.).

a) Na escola não possui recursos didáticos e desta forma se torna difícil o preparo da aula.

b) O preparo da aula é simples, pois os livros didáticos nos auxiliam.

c) As dificuldades são evidentes, pois o método braille não é dominado pela professora.

d) Os desafios são frequentes, pois a escola está longe de ser a ideal para todos os alunos serem inclusos.

e) Outra resposta:

Método avaliativo proposto pelo professor:método,conteúdo e técnica..isso em todas as questões

4) Como ocorre o processo de avaliação dos alunos com deficiência visual?

a) E do mesmo nível a avaliação.

b) A avaliação é diferente, pois os alunos com deficiência visual possuem algumas limitações.

c) Ocorre de maneira diferenciada, pois o processo de ensino dos alunos deficiência visual é lento.

d) Bastante simples

e) Outra resposta:

5) No que diz respeito ao ensino regular para crianças com deficiência visual, você acha importante as atividades didáticas interativas, para esses alunos em especial?

a) Sim, pois ajuda a criança com deficiência visual a desenvolver habilidades e funções sociais e cognitivas no ensino aprendizagem

b) Não, pois é dever do acompanhamento especial existente na escola desenvolver essas atividades

c) Sim, pois inclui o aluno deficiente nas brincadeiras de classe

d) Sim, pois isso cabe somente ao professor

e) Outra resposta:

6) Na aplicação dos conteúdos você sente dificuldade em explicar para seu aluno com deficiência visual?

a) Sim, sabendo que não existe um método comprovado para explicar e passar conteúdos

b) Não, pois tenho prática com alunos com deficiência visual e já possuo um método próprio

c) Sim, pois tenho pouca experiência com alunos cegos

d) Sim, por mais que o material que vem para esses alunos já seja adaptado, a prática da explicação e interpretação é diferente.

e) Outra resposta:

APÊNDICE B – Questionário para o corpo técnico

Questionário acerca dos recursos didáticos de posse da escola para o processo de ensino/aprendizagem dos alunos com deficiência visual do ensino fundamental II.

1) Em relação ao processo de inclusão, houve preparação da escola para trabalhar com os alunos deficientes visuais?

a) Sim, a escola promoveu um treinamento para o corpo técnico receber os alunos especiais

b) Não,

c) Sim, pois em minha formação eu estudei libras.

d) Não, pois no curso de licenciatura em Artes Visuais não está conseguindo acompanhar a realidade das escolas inclusas.

e) Outra resposta:

2) A escola dispõe de atendimento especial para os alunos deficiência visual?

3) Quais os recursos didáticos e materiais que a escola dispõe para atendimento do aluno com deficiência visual?

4) Os recursos didáticos disponíveis na escola são satisfatórios para contribuir com o ensino/aprendizagem dos alunos com deficiência visual?

5) Qual é o significado da escola inclusiva?

APÊNDICE C – Questionário para o Aluno com Deficiência Visual

Questionário acerca dos recursos didáticos utilizados nas aulas de artes para o processo de ensino/aprendizagem dos alunos com deficiência visual para ser aplicado aos discentes com deficiência visual do ensino fundamental II

1) Os recursos didáticos disponíveis na escola são suficiente para contribuir com sua aprendizagem nas aulas de artes?

2) Você recebe material adaptado para as aulas de artes antecipadamente?

3) A sua relação com professor de artes é satisfatória? Justifique sua resposta.

4) É satisfatória sua parceria com o professor do AEE? Justifique sua resposta.

5) Qual é sua maior dificuldade enquanto aluno do Ensino Fundamental nas aulas de artes?
